

AS VIDAS CONHECIDAS DE NOSSO DIRETOR da GALÁXIA

coletânea de biografias realizada por Mara Draugelis Castro, 2009

Sumário

Eliseu

Samuel

Daniel

João Evangelista

Antônio de Pádua

Erasmus de Rotterdam

Giordano Bruno

Barão do Rio Branco

Elias e **Eliseu**

O eremita e o **agricultor**:

Um restitui a tradição e destrói os falsos ídolos.

O outro realiza numerosos milagres, mesmo depois da sua morte

POR ALESSANDRO ZANGRANDO

Após a morte de Salomão, em 931 a.C., o reino dos judeus se divide: as dez tribos do norte escolhem o caminho da secessão e fundam um reino com capital em Samaria (reino de Israel); ao sul fica o reino de Judá, com capital em Jerusalém.

Na metade do século IX a.C., o chefe do reino de Israel é Acab, guerreiro que não conhece o medo, político hábil e astuto. Mas seu ponto fraco é Jezabel, de origem fenícia. Jezabel exerce uma notável ascendência sobre o marido, procura influenciá-lo na política, mas sua palavra é decisiva sobretudo em matéria de religião: o culto de Baal se difunde, quem segue ao verdadeiro Deus é perseguido, e ganha espaço uma confusa mistura das duas religiões. À divindade pagã é até mesmo dedicado um templo em Samaria, com as despesas de pessoal pagas pela corte.

Elias é o homem enviado por Deus para dar fim a tudo isso.

Seu estilo de vida é ascético, de eremita. Está acostumado à vida no deserto e às privações. Os servos de Ocozias, sucessor de Acab, o descrevem como um homem peludo, com um cinto de couro cingindo os rins – um aspecto e um vestuário que lembram João Batista, o precursor de Cristo –. A iconografia tradicional retrata-o coberto de peles, ou então vestido com o hábito carmelita (capa branca sobre uma túnica escura).

Elias é um profeta: sua atividade, suas palavras e sua missão encarnam o profetismo judaico. Isso fica evidente já desde o significado do seu nome: “O meu Deus é JHWH”. A tarefa que lhe foi designada é restaurar a tradição, pôr termo ao sincretismo, destruir os falsos ídolos. São dois os caminhos: Iahweh ou Baal, mas o único caminho certo é o primeiro, não há acordo sobre isso. E para afirmar a verdade ele está pronto a combater e correr perigos. O carisma de Elias é claro e potente: o profeta é o arauto de Deus, um enviado extraordinário: “Aquilo que ele, o profeta, diz em vista da sua missão é Deus quem o diz: aquele que envia fala pela boca do enviado, este substitui aquele, e ambos, quem envia e quem foi enviado, na prática são a mesma coisa. Mesmo enquanto indivíduo, o profeta vive em relação muito íntima com Deus, chegando quase a despir-se da sua personalidade: Deus e a sua missão o conquistaram a tal ponto que ele realiza ações consideradas indecorosas e inconvenientes pela maioria dos homens”, explica o abade Ricciotti (História de Israel, p. 305).

A grande seca e o sacrifício

Quando Elias irrompe na história do Antigo Testamento, os profetas de Iahweh eram perseguidos e tinham sido dispersos, até serem reduzidos a apenas uma centena (por profetas, no Antigo Testamento, entende-se também os judeus que viviam em comunidade sob a direção de uma figura carismática chamada “pai”), um número cinco vezes inferior em relação aos servidores de Baal. Uma situação intolerável: Elias anuncia a punição divina, a grande seca (1 Rs 17, 1). E em 857 a terra começa a se tornar árida.

Sob indicação do Senhor, Elias se estabelece na torrente de Carit, onde os corvos lhe levam pão de manhã e carne à noite. A torrente seca depois de algum tempo e o profeta se dirige para Sarepta, perto de Sidônia, onde encontra abrigo na casa de uma viúva paupérrima. Porém, aquela pouca farinha e óleo que a mulher pode oferecer não acaba, e todos ficam saciados. O filho da viúva adoece e morre, Elias o ressuscita (a primeira ressurreição na Bíblia). Mais de um ano depois, o rei Acab cede, vencido pela seca implacável. Manda procurar Elias e aceita o confronto. O encontro é no monte Carmelo, onde Acab reúne os 450 sacerdotes de Baal e o único profeta de Iahweh que restou, ou seja, o próprio Elias.

É a hora da verdade. Eis a proposta de Elias: “Dêem-nos dois novilhos; que eles escolham um para si e depois de esartejá-lo o coloquem sobre a lenha, sem lhe pôr fogo. Prepararei o outro novilho sem lhe por fogo. Invocareis depois o nome de vosso deus, e eu invocarei o nome de Iahweh: o deus que responder enviando fogo, é ele o Deus” (1Rs 18, 23-24). O que acontece em seguida não deixa alternativa aos adoradores da divindade pagã: “Então caiu o fogo de Iahweh e consumiu o holocausto e a lenha, secando a água que estava no rego” (1Rs 18, 38). Os profetas de Baal são degolados e chega finalmente a chuva que põe fim à seca.

No Horeb, uma experiência

Mas para Elias não há descanso. Jezabel ficou furiosa por causa da morte dos seus profetas e ameaça de morte o profeta de Iahweh. As Escrituras acrescentam um toque de humanidade: Elias é um homem que teve a coragem de desafiar o rei, agora sente medo e foge. Chega a Bersabéia de Judá. O desânimo toma conta dele, quer até mesmo

morreu: “Agora basta Iahweh! Retira-me a vida, pois não sou melhor que meus pais” (1Rs19, 4). Mas o Anjo do Senhor vem em seu socorro, com água e comida.

Refeito, Elias retoma o caminho e depois de uma marcha de 40 dias e 40 noites (os mesmos 40 dias, a mesma duração da permanência de Moisés na “montanha do Senhor”, um período de tempo que encontraremos muitas vezes nos Evangelhos) chega ao Horeb, o monte da revelação de Deus a Moisés. Elias também encontrou a Deus ali, porém de uma maneira diferente. Os sinais que o preanunciavam são impressionantes: um furacão que quebrava os rochedos, o terremoto, o fogo. Mas Deus não estava em nenhum desses elementos. Ele prefere se manifestar como uma brisa suave, símbolo da sua natureza espiritual. O profeta se condói pelas faltas do seu povo, o Senhor o envia para novas missões em Damasco.

Crime e castigo divino

Elias, o profeta da volta da tradição, da luta contra o sincretismo. Mas também o profeta da justiça, como se revela no episódio de Nabot, o dono de uma vinha que o rei Acab queria para si. Diante da recusa de Nabot, entra em cena a perversa Jezabel, que faz com que Nabot seja acusado injustamente e depois morto. Acab está pronto para tomar posse da vinha, mas se vê face a face com Elias, que enfrenta o rei com firmeza, joga-lhe na cara o crime cometido e anuncia-lhe o castigo divino.

A vida de Elias aproxima-se do fim. Perto de Jericó, às margens do Jordão, Elias bate nas águas com seu manto, e elas se separam para deixá-lo passar a pé enxuto. Enquanto conversa com o discípulo Eliseu, “eis que um carro de fogo e cavalos de fogo os separaram um do outro, e Elias subiu ao céu no turbilhão. Eliseu olhava e gritava: ‘Meu pai! Meu pai! Carro e cavalaria de Israel!’ . Depois não mais o viu” (2 Rs 2, 11-12). E assim, também para Elias, como para Moisés, não houve um túmulo. E o profeta Malaquias anuncia o seu retorno como precursor do Messias. Muitas vezes nos Evangelhos aparecem referências que relacionam Elias a Jesus; no monte da Transfiguração, o profeta aparece ao lado do Messias.

Eliseu, o discípulo

Um agricultor natural do vale do Jordão, bem de vida, uma vez que arava os campos com doze juntas de boi. Eliseu é chamado pelo profeta no exato momento em que realiza essa atividade. O profeta joga sobre seus ombros o próprio manto: o agricultor torna-se seu discípulo e será seu sucessor. O chamado não dá margens para dúvidas e incertezas: “‘Deixa-me abraçar meu pai e minha mãe, depois te seguirei’. Elias respondeu: ‘Vai e volta; pois [sabes bem] que te fiz eu?’ . Eliseu afastou-se de Elias e, tomando a junta de bois, a imolou. Serviu-se da lenha do arado para cozinhar a carne e deu-a ao pessoal para comer. Depois levantou-se e seguiu Elias na qualidade de servo” (1 Rs 19, 20-21).

Eliseu viveu nos últimos anos do reinado de Acab e morreu no reinado de Joás. Assiste ao arrebatamento de Elias ao céu sobre o carro de fogo e logo depois toma seu lugar. Enquanto passava entre as águas do Jordão, Elias pergunta a seu discípulo o que podia fazer por ele antes de ser “arrebatado para longe”. “E Eliseu respondeu: ‘Que me sejam dados dois terços do teu espírito!’” (2 Rs 2, 9). Isto é, pede-lhe a parte do filho mais velho. Quando o profeta sobe ao carro de fogo, cai-lhe por terra o manto, sinal do poder conferido por Deus.

Eliseu o recolhe imediatamente e dirige-se para o Jordão. “Tomou o manto de Elias e bateu com ele nas águas, dizendo: ‘Onde está Iahweh, o Deus de Elias?’ . Bateu nas águas, que se dividiram de um lado e de outro, e Eliseu atravessou o rio. Os irmãos profetas viram-no a distância e disseram: ‘O espírito de Elias repousa sobre Eliseu!’” (2 Rs 2, 14-15). A iconografia o representa como um homem calvo, com o hábito dos carmelitas, uma jarra de óleo ou um machado como atributos; muitas vezes às suas costas está apoiada uma coluna com duas cabeças, simbolizando os dois terços herdados do espírito de Elias. Eliseu escolheu um estilo de vida diferente do de Elias. Pelas Escrituras não se deduz que o seu estilo de vida fosse austero no que diz respeito à sua maneira de se vestir, nem que procurasse lugares solitários para viver como eremita. Eliseu prefere os centros habitados, frequenta os grupos de profetas, é acompanhado por um servo, Giezi, mas, assim como seu mestre, vive por algum tempo sobre o monte Carmelo.

Grandes prodígios

Mas o que distingue Eliseu é a grande quantidade de prodígios relatados nas Escrituras. Como o que ele fez para ajudar a viúva, que suplica que Eliseu a ajude porque estava sendo pressionada pelos seus credores. O profeta a instrui para que peça emprestado o maior número possível de ânforas vazias, que, milagrosamente, não param de se encher com o pouco de óleo que a mulher ainda possuía. Quando as ânforas vazias acabam, Eliseu ordena: “Vai, vende esse óleo e paga tua dívida e viveréis, tu e teus filhos, do que restar!” (2 Rs 4,7).

Uma mulher sunamita que se lamentava de não ter filhos, um ano depois, como predito por Eliseu, dá à luz um menino. O mesmo menino depois adoece e morre. Eliseu intervém pela segunda vez: “Lá estava o menino morto e estendido sobre sua própria cama. Ele entrou, fechou a porta atrás deles dois e orou a Iahweh. Depois subiu à cama, deitou-se sobre o menino, pondo a boca sobre a dele, os olhos sobre os dele, as mãos sobre as dele, estendeu-se sobre ele e a carne do menino se aqueceu. Eliseu pôs-se a andar novamente de um lado para outro na casa, depois tornou a subir e se estendeu sobre ele, até sete vezes: então o menino espirrou e abriu os olhos. Eliseu chamou Giezi e disse-lhe: ‘Chama

a sunamita'. Chamou-a e, quando ela chegou perto de Eliseu, este lhe disse: 'Toma teu filho'. Ela entrou, lançou-se a seus pés e prostrou-se por terra; depois tomou seu filho e saiu" (2 Rs 4, 32-37).

Sua fama de curandeiro se espalha, e ele cura até a Naamã, chefe do exército do rei de Aram, acometido de lepra. Seus prodígios têm a marca da caridade e da solidariedade: como o episódio dos vinte pães de cevada e trigo com os quais nutre cem famintos nos fossos que mataram a sede de homens e animais durante a guerra contra Moab conduzida por Jorão, rei de Israel, e Josafá, rei de Judá.

Eliseu contrai uma doença que o leva à morte. O rei Joás vai visitá-lo. O profeta lhe garante a vitória sobre o inimigo de Damasco. "Disse-lhe Eliseu: 'Vai buscar um arco e flechas'; e Joás foi buscar um arco e flechas. Eliseu disse ao rei: 'Empunha o arco'; e ele o empunhou. Eliseu pôs as mãos sobre as mãos do rei, e disse: 'Abre a janela do lado do oriente', e ele a abriu. Então Eliseu disse: 'Atira'; e ele atirou. Eliseu disse: 'Flecha de vitória para Iahweh! Flecha de vitória contra Aram! Vencerás Aram em Afec até o extermínio'. Depois disse Eliseu: 'Toma as flechas'; e Joás tomou-as. Eliseu disse ao rei: 'Fere a terra'; e ele deu três golpes e parou. Então o homem de Deus irritou-se contra ele e disse: 'Era preciso dar cinco ou seis golpes! Então terias derrotado Aram até o extermínio; agora, porém, vencerás Aram três vezes só!'.

Eliseu morreu e foi sepultado. Bandos de moabitas faziam incursões na terra todo ano. Aconteceu que, enquanto alguns homens estavam sepultado um morto, avistaram um desses bandos; jogaram o corpo dentro do túmulo de Eliseu e partiram. O corpo tocou nos ossos de Eliseu, recobrou vida e pôs-se de pé" (2 Rs 13, 15-21). O último milagre de Eliseu.



Profeta Samuel

Samuel e Natã. Dois novos interlocutores escolhidos por Deus para reatar o fio de uma história nunca interrompida. E para dar um rei ao povo escolhido.

Uma pequenina faixa de terra de poucos quilômetros quadrados, habitada pela tribo desunida entre si e impotente diante do inimigo, os filisteus que os assediavam: isto era Israel, por volta do ano 1050 a.C. Silo, pequena aldeia entre a Samaria e a Judéia, era a pequena e pobre capital religiosa. Ali se conservava a Arca da Aliança, dada em custódia ao último dos judeus, Eli, personagem fatalisticamente destinado à derrota. Não era uma autoridade política, pois seu papel era o de referência religiosa. Assim, quando os filisteus aprofundaram o golpe, a resistência das tribos de Israel se esfarelou. Chegaram a Silo os inimigos que desembarcavam sobre a estreita faixa de Gaza, rechaçadas do Egito do faraó. Destruíram o templo, apreenderam a Arca e fizeram uma imensa chacina entre as filas desordenadas dos pobres israelitas. Enfim, se um outro fator imprevisto não intervisse, bem se poderia considerar acabada a história das tribos de Moisés. Mas esse outro fator havia já retomado, uma vez mais, in extremis, o fio daquela história.

O método escolhido tinha consonância com o passado: uma mulher estéril, como antes Sara e Raquel, que se dirige ao templo pedindo a Iahweh a graça e fazendo voto de oferecer ao sacerdócio o fruto de seu ventre. A mulher se chamava Ana, era a mulher de Elcana, um levita que, portanto, legitimava o caminho ao sacerdócio de um eventual filho. Iahweh manteve a palavra, assim como Ana. E Samuel, o menino, tornou-se aquele homem por meio do qual Deus retomaria o diálogo com seu povo: um novo profeta.

Naqueles dias a palavra de Deus era preciosa, porque as visões não eram freqüentes", diz a Bíblia. Mas uma voz o chama na noite e ele se levanta da cama para aproximar-se do velho e desiludido Eli. Este, porém, nega tê-lo chamado. Isto por três vezes. Até que o velho intui de quem poderia ser a voz e ordena ao rapazinho que assim responda a um provável novo chamado: "Fala, Senhor, teu servo te escuta!".

Assim, Deus voltava a fazer-se presente para recolocar em caminho a história de seu povo predileto. E o intermediário é um profeta. Como diz a Bíblia (1Sm 3, 19), "o Senhor estava com ele e não negligenciava nenhuma de suas palavras. Samuel, enquanto autoridade religiosa, compreendera que o que faltava às tribos que Josué havia levado até a Terra Prometida era um chefe político. Um pouco com a ajuda dos dois filhos procurou substituir ele mesmo este vazio. Envolto por seu efod de linho, tinha transmitido a Israel as promessas recebidas de Iahweh: "Fixai o vosso coração

em Iahweh, rendei culto apenas a Ele. E, então, ele vos arrancará das mãos dos filisteus”. Chamou o povo à batalha de Masfa, ficou a rezar no monte como lhe haviam suplicado que fizesse todos os israelitas. Por fim, pela primeira vez, os filisteus bateram em retirada”. Samuel tomou uma pedra, ergueu-a entre Masfa e Sen, chamou-a Ebenezer e disse: “Até aqui nos socorreu o Senhor”.

Um outro rei:

As pressões do povo para ter um rei eram cada vez mais insistentes. Assim, Samuel começou a pensar que chegara o momento, para Israel, de ter um monarca como acontecia para todos os outros povos ao redor. Mas, como é possível ter um outro rei, quando o seu rei não é outro senão o próprio Iahweh?

Samuel, já velho, procura resistir. Melhor sofrer outra derrota que trair o único Deus. E, depois, onde encontrar um rei, qual critério humano seria mais adequado para fazer uma escolha desse gênero: dar um rei ao povo que já tinha Iahweh como seu rei? Uma coisa impossível.

Eis que a Bíblia conta como o próprio Deus, com um tato quase comovente, tira Samuel do dilema. Tem razão, lhe diz, o povo erra ao desejar um rei. Mas, tu vais agora contentá-lo, eu te autorizo. Assim, te indico quem deve ser o ungido.

Iahweh, então, coloca-se de lado e ainda tem a delicadeza de não ferir a fidelidade daquele seu velho servo, Samuel. Indica-lhe também um candidato: um rapaz alto e belíssimo que teria vindo a Samuel no encalço das jumentas de seu pai. Seu nome era Saul. Um personagem impetuoso, generoso, mas também cheio de orgulho; corajoso mas um pouco confiante demais em seus próprios méritos. Samuel o reconhece como aquele que lhe foi indicado por Deus e o unge “príncipe” de Israel, numa cerimônia quase secreta. Não é rei, ainda: o profeta quer colocá-lo à prova.

A oportunidade para isso apresentou-se rapidamente, por volta do ano 1040 a.C.; era preciso expulsar os filisteus que haviam colocado em Gabaá um governador seu.

Saul, primeiramente, enviou seu filho, Jônatas, para matá-lo, depois, aceitou a guerra em campo aberto e o venceu.

Samuel renunciou, então, ao juizado e limitou-se a permanecer como chefe religioso de Israel. Saul era o rei para todos os efeitos. Não obstante, Samuel vigiava. Via Saul espremido entre a fidelidade ao seu dever e os ímpetos do seu orgulho.

Pega-o primeiro, em flagrante, quando, pela pressa de combater, havia realizado ele próprio o sacrifício antes da batalha, sem esperar por Samuel. A seguir, vem o ato de rebelião de Saul, que se recusa seguir a ordem de Iahweh e não mata Agag, o rei dos amalecitas.

Samuel se encarrega, ele próprio, de realizar a vontade de Deus mas, a partir daquele momento, cortará todo o relacionamento com o rei. Não mais o verá “até o dia de sua morte”, escreve a Bíblia.

Davi, o sucessor

O velho Samuel sabe que se faz necessário um sucessor. Encontra-o, mais uma vez, por meios imperscrutáveis: o último dos sete filhos de Jessé, cuja família era uma das principais de Beth-lehem, da tribo de Judá. Unge-o às escondidas, sem que Saul o saiba, o introduz na corte com seu cetro e desencadeia no coração de Saul a espantosa avalanche do ciúme.

Davi, o juvenzinho capaz de desafiar Golias, o gigante dos filisteus; Davi, que conquista os corações e a simpatia dos dois filhos de Saul; Davi, que leva os duzentos prepúcios dos guerreiros filisteus ao rei, como este lhe havia pedido, em troca da mão de sua filha. Pois bem, Davi é de forma demasiadamente clara o eleito do Senhor para não fazer em pedaços o equilíbrio psicológico de Saul, que, em seguida, declara-lhe guerra aberta, obriga-o a passar pelo campo do inimigo até refugiar-se em Ramá, nos braços do velho Samuel.

Era uma perseguição sem nenhuma possibilidade de sucesso, pois, confiando-se a Samuel, Davi confiava-se, na verdade, ao próprio Iahweh. Assim, Saul fracassou na última batalha e Davi podia sair a descoberto: seria o rei que, daquela pequenina faixa de terra, ao redor de Silo, viria a criar um grande reino.

Samuel podia morrer em paz, sem ter de ficar de olhos abertos para outras pequenas traições de seu rei. Para vigiar, severíssimo, sobre eles, chegaria outro profeta, Natã. Aquele que aplicaria tremendas punições a Davi, acusado de cometer adultério com a bela Betsabéia, mas, sobretudo, acusado de ter ordenado a morte do marido dela, Urias.

Mas o feito principal de Natã seria o de atar as mãos de Davi, impedindo-o de ser prisioneiro de sua glória: não seria ele a completar o grande templo de Jerusalém, como não tinha sido Moisés a fazer seu povo varar as fronteiras da Terra Prometida. Por intermédio de seus profetas, Iahweh vigia sempre: só Ele é o amigo e o protetor de Seu povo. Como anunciou Natã a Davi, não seria este que construiria para Iahweh, mas Iahweh que construiria para ele, Davi, uma “casa”, isto é, uma linhagem, isto é, um reino.

O profeta Samuel, que era ponderado como Moshé e Aharon (Taanit, 5), morreu no dia 29 de Iyar (Meguilat Taanit). Alguns afirmam ter ele falecido no próprio Dia de Jerusalém (Shulchan Aruch, 580:2). Não é por acaso que o dia do falecimento do profeta Samuel associa-se ao Dia de Jerusalém. Samuel tinha uma relação única e profunda com a cidade. Foi o primeiro a descobrir que Jerusalém seria a Cidade Sagrada, difundindo isso para o povo judeu.

No Deuteronômio, relata-se que, no futuro, haverá uma cidade escolhida por Hashem, para nela estabelecer a sua Shechiná. “No lugar que escolher o Eterno, numa de tuas tribos, ali oferecerás as tuas ofertas de elevação, e ali farás tudo o que eu te ordeno” (Deuteronômio, 12:14). No entanto, a Torá não quis nos dizer explicitamente onde seria este lugar. Ao invés de “na cidade sagrada de Jerusalém”, está escrito “na cidade em que o Eterno escolher”. O local do âmagô do

povo judeu foi mantido em segredo por mais de 400 anos. A Guemará (Zevachim, 54) relata que o profeta Samuel e o rei David procuraram, exaustivamente, nas alusões da Torá, até descobrir que a cidade escolhida era Jerusalém. Alguns anos mais tarde, David comprou o lugar no Monte Moriá onde mais tarde seria construído o Templo, pagando por ele o preço total (Samuel 2, 24:24). Desde então, Jerusalém tornou-se a cidade eterna e o coração do povo.

Por que a Torá ocultou o nome de Jerusalém como cidade sagrada do povo judeu?

O Rambam (Maimônides), em sua obra Guia dos Perplexos (parte III, cap. 45), apresenta três razões para o fato, todas elas muito relevantes e atuais.

1. Se a localização da cidade sagrada fosse mencionada na Torá, se tornaria conhecida também por todas as nações do mundo. Por conseguinte, os demais povos não renunciariam à cidade facilmente, lutando para conquistá-la. Na atualidade, vemos em especial como este argumento é verdadeiro. Os árabes travam sua luta mais feroz justamente pela posse de Jerusalém, sabendo o alto valor que tem a cidade sagrada. Eles entendem que a posse da cidade lhes dará uma força espiritual muito especial para lutar contra nós.

2. Para que os gentios não destruíssem a cidade. Também esta explicação é compreendida nos dias de hoje. Vemos a grande destruição que os árabes causam aos resquícios arqueológicos do nosso mikdash. Sabendo que a cidade é importante para nós, querem apagar toda e qualquer lembrança da presença judaica.

3. Para que não haja disputas entre as tribos de Israel sobre quem terá o privilégio de herdar a região na qual Jerusalém se encontra.



Daniel

POR ALESSANDRO ZANGRANDO

Deus faz justiça”, Este é o significado do nome. E toda a sua vida será a demonstração disso. Pertence à tribo de Judá. Revela ao rei Nabucodonosor o significado de um sonho terrível que ninguém era capaz de decifrar. Comunicando a mensagem fundamental: o Senhor é onipotente

Conhecer e compreender cada escritura, interpretar visões e sonhos: com estas características e com estes dons o profeta Daniel entra nas Sagradas Escrituras. O livro que narra a sua história está entre os de Ezequiel e Oséias. Daniel pertence à tribo de Judá, é um nobre, talvez de estirpe real. Com cerca de quatorze anos foi exilado com os hebreus na Babilônia, na época do rei Nabucodonosor, que, depois de ter marchado sobre Jerusalém, ordenou que lhe fossem trazidos jovens “sem defeito, de boa aparência, bem instruídos em toda sabedoria, educados, inteligentes e capacitados a conviver com a realeza, para aprenderem a escrita e a língua dos caldeus” (Dn 1, 4). Assim, Daniel entra na corte do rei com os amigos Ananias, Azarias e Misael. Entrega-se completamente ao desígnio de Deus, que segue com total fidelidade, e o demonstra recusando contaminar-se com os alimentos do rei. Daniel esclarece com simplicidade que toda a história fixa seu olhar no Senhor e no Eterno.

O sonho e o eterno

Seu nome significa “Deus faz justiça”, o que é demonstrado pela própria vida do profeta: a justiça não vem e nem virá de um teorema utópico idealizado pelo homem, não obstante todos os esforços e os sonhos de glória dos povos e soberanos, mas só do desígnio do Criador, capaz de mandar pelos ares impérios e reinos com um sopro. O primeiro a se dar conta disso é o próprio Nabucodonosor, atormentado por um sonho terrível que não sabe decifrar. Magos e astrólogos não conseguem chegar a um acordo. O único capaz de dizer o significado é Daniel.

Eis o sonho do rei: uma estátua enorme de aspecto terrível, com a cabeça de ouro, busto e braços de prata, ventre e coxas de bronze, pernas de ferro, pés em parte de ferro e em parte de argila. Uma pedra se desprende do monte e bate contra os pés da estátua, quebrando a toda. A pedra se torna depois uma montanha que cobre a região por inteiro. Daniel explica que os materiais da estátua são os reinos do homem (babilônico, medo, persa e grego), que serão aniquilados por um reino eterno, “que jamais será destruído e que jamais passará a outro povo” (Dn 2, 44). “Então o rei Nabucodonosor prostrou-se com o rosto por terra e inclinou-se diante de Daniel e ordenou que lhe oferecessem oblação e sacrifício de agradável odor” (Dn 2, 46). Daniel foi nomeado governador da província de Babilônia e chefe de todos os sábios.

Dentro da fornalha

Daniel e seus amigos respeitam a Deus, observam em todos os detalhes a sua vontade e recebem a sua proteção. Assim acontece quando Nabucodonosor constrói uma enorme estátua de ouro e ordena a todos os habitantes que a adorem, sob pena de morte. Ananias, Azarias e Misael, os amigos de Daniel, recusam-se a prostrar-se e a ceder à idolatria. Estão certos da ajuda do Senhor, e não hesitam em desafiar o rei: “Não serviremos o teu deus, nem adoraremos a estátua de ouro que levantastes” (Dn 3, 18).

O destino deles parece selado: são amarrados e atirados numa fornalha. “Eles começaram a andar no meio das chamas, louvando a Deus e bendizendo ao Senhor” (Dn 3, 24). Mais uma vez, a única justiça é a que vem de Deus. É o significado do canto de Azarias: “Não nos entregues para sempre, por causa do teu nome, não repudies a tua aliança; não retires de nós a tua misericórdia (...). Tal se torne o nosso sacrifício hoje diante de ti, e se complete junto a ti, porque não serão confundidos os que confiam em ti. E agora, é de todo o coração que vamos seguir-te, vamos temer-te e procurar a tua face” (Dn 3, 34-41).

O anjo do Senhor, que estava junto com os três jovens dentro da fornalha, afastava as chamas e fazia soprar um vento cheio de orvalho refrescante. O rei, maravilhado e comovido, reconhece Deus.

Um coração de homem

O Senhor é onipotente: esta é a mensagem, simples e perturbadora, que Daniel comunica. É também o sentido do episódio que diz respeito a um novo sonho do rei Nabucodonosor. Desta vez no centro do episódio há uma árvore enorme, cujo cume toca o céu, coberto de folhas e frutos, e os animais da terra procuram abrigo à sua sombra. “Vi um vigilante, um santo que descia do céu e bradava com voz possante: derrubai a árvore, cortai seus ramos, arrancai suas folhas, jogai fora seus frutos, fujam os animais do seu abrigo e os pássaros deixem seus ramos. Mas fiquem na terra o toco e as raízes, com cadeias de ferro e de bronze por entre a relva dos campos. Seja ele banhado pelo orvalho do céu e que a erva da terra seja a sua parte com os animais do campo” (Dn 4, 10-12).

A árvore, explica Daniel, é o próprio rei, o qual deverá viver, seguindo o destino da árvore, nas condições de um animal. “Expulsar-te-ão de entre os homens, e com os animais dos campos será a tua morada. Alimentar-te-ás de erva como os bois e serás banhado pelo orvalho do céu. Passarão, enfim, sete tempos sobre ti, até que tu tenhas aprendido que o Altíssimo domina sobre o reino dos homens e que Ele o dá a quem lhe apraz” (Dn 4, 22). A vida, os impérios e reinos, os territórios: nada disto é nosso, mas tudo pertence ao Céu.

Nabucodonosor é obrigado a reconhecê-lo: “Comeu erva como os bois; seu corpo foi banhado pelo orvalho do céu; seus cabelos cresceram como penas de águia e suas unhas como garras de pássaros” (Dn 4, 30). Acabado aquele tempo, o rei recupera a razão e bendiz ao Altíssimo.

Entre os leões

Sob o reino de Dario, Daniel é nomeado governador e logo suscita inveja e mal-estar dos outros “colegas” chefes da administração. Não encontrando no seu trabalho e no seu comportamento nenhum ponto fraco e nenhuma falta, seus inimigos preparam uma cilada para fazê-lo cair numa armadilha. Convencem assim o rei a publicar um decreto: “Todo aquele que, no decurso de trinta dias, dirigir uma prece a quem quer que seja, deus ou homem, exceto a ti, ó rei, seja lançado à cova dos leões” (Dn 6, 8).

Mas Daniel não muda seus hábitos: as janelas de seu quarto davam para Jerusalém, e ele, três vezes ao dia, continuava a rezar a Deus, como se nada tivesse acontecido. Os governadores, invejosos, não esperam outro momento, dirigem-se a Dario e denunciam a violação do decreto. O rei tenta salvar Daniel, mas sem sucesso: “Teu Deus, a quem serviste com perseverança, ele te salvará” (Dn 6, 17). Assim, Daniel é jogado na cova, que é fechada com a chancela do rei. Dario retorna ao palácio real, não consegue comer e nem dormir. De manhã cedo volta à cova. A perseverança, a fidelidade ao Senhor salvou novamente o seu profeta, Deus faz justiça mais uma vez e poupa o servo que nEle crê.

Daniel está vivo: “O meu Deus enviou-me seu anjo e fechou a boca dos leões, de tal modo que não me fizeram mal. Pois eu fui considerado inocente diante dele, e também diante de ti, ó rei, não fiz mal algum” (Dn 6, 23). Dario ordena jogar na cova os acusadores do exilado de Jerusalém, que logo são dilacerados pelas feras.

Visões

A segunda parte do livro de Daniel é dedicada às visões, às profecias, às decifrações dos sinais deixados por Deus na vida dos homens. Daniel nos ensina que o desígnio da história está nas mãos de Deus e que as promessas dos profetas se cumprirão. A história não é a das relações entre homens e povos, mas das relações entre o homem e o seu Criador. Daniel fala claramente da Ressurreição: “E muitos dos que dormem no solo poeirento acordarão, uns para a vida eterna e outros para o opróbrio, para o horror eterno. Os que são esclarecidos resplandecerão, como o resplendor do firmamento” (Dn 12, 2-3). Mais uma vez a justiça na Ressurreição se torna recompensa para os que sofreram injustamente na vida terrena.

Perseguindo a justiça, Daniel se torna o defensor dos fracos. É o caso de Susana, mulher muito bela, casada com Joaquim. Susana é cortejada assiduamente por dois anciãos que, ao serem recusados, fazem a seguinte chantagem: ceda aos nossos desejos, caso contrário diremos a todos que tem um caso com um jovem. Susana fica desesperada mas não cede: “Mas é melhor para mim, não o tendo feito, cair em vossas mãos, do que pecar diante do Senhor” (Dn 13, 23). Um dos velhos abre a porta da casa e acusa Susana de adultério. A mulher se apega ao Senhor: “Ó Deus eterno, que conheces as coisas ocultas, que sabes todas as coisas antes de sua origem, tu sabes que é falso o testemunho que levantaram contra mim’. E o Senhor escutou a sua voz” (Dn 13, 42-44). É o próprio Daniel que desmascara os dois anciãos, em seguida condenados.

A festa de Daniel é em 21 de julho. Na iconografia, as cenas mais representadas são a da cova dos leões, a dos três amigos que saem ilesos da fornalha e a de Susana e os velhos. Nos quadros Daniel freqüentemente é representado em atitude de oração.



João, o Discípulo Amado

Sabe-se pelos Evangelhos que João era filho de Zebedeu e de Maria Salomé. Com seu irmão Tiago, auxiliava o pai na pesca no lago de Genezaré. Pelos Evangelhos sabemos também que seu pai possuía alguns barcos e empregados que trabalhavam para ele. Maria Salomé é apontada como uma das santas mulheres que acompanhavam o Divino Mestre para servi-lo. Ele era dono de uma imaginação surpreendente, muito pensativo introspectivo e pouco falador. É notório o seu amadurecimento na fé através da evolução da sua escrita.

Como seus outros dois irmãos Simão e André, também pescadores, era discípulo de João Batista, o Precursor. Deste haviam recebido o batismo, zelosos que eram, preparando-se para a vinda do Messias prometido.

Certa vez, estavam João e André com o Precursor, quando passou Jesus a alguma distância. O Batista exclama: "Eis o Cordeiro de Deus, que tira os pecados do mundo". No dia seguinte repetiu-se a mesma cena, e desta vez os dois discípulos seguiram Jesus e permaneceram com Ele aquele dia (Jo, 1, 35 a 39).

Algumas semanas depois estavam Simão e André lançando as redes às águas, quando passou Jesus e lhes disse: "Vinde após mim. Eu vos farei pescadores de homens". Mais adiante estavam Tiago e João numa barca, consertando as redes. "E chamou-os logo. E eles deixaram na barca seu pai Zebedeu, com os empregados, e O seguiram" (Mc 1, 16 a 20).

A partir de então passaram a acompanhar o Messias em sua missão pública. Logo se lhes juntaram outros, que perfariam o número de doze, completando assim o Colégio Apostólico.

«Preeminência de três Apóstolos sobre os demais»

Desde logo, Pedro, Tiago e João tomaram preeminência sobre os outros Apóstolos, tornando-se os "escolhidos dentre os escolhidos". E, como tais, participaram de alguns dos mais notáveis episódios na vida do Salvador, como a ressurreição da filha de Jairo, a Transfiguração no Tabor e a Agonia no Horto das Oliveiras. João Evangelista foi também um dos quatro que estavam presentes quando Jesus revelou os sinais da ruína de Jerusalém e do fim do mundo. Mais tarde, com Pedro, a quem o unia respeitosa e profunda amizade, foi encarregado de preparar a Última Ceia. Pedro amava ternamente a João, e essa amizade é visível tanto no Evangelho quanto nos Atos dos Apóstolos.

Por sua pureza de vida, João tornou-se logo o discípulo amado, e isso de um modo tão notório, que ele sempre se identificará em seu Evangelho como "o discípulo que Jesus amava". Apesar de os Apóstolos não estarem ainda confirmados em graça, isso não provocava neles inveja. Quando queriam obter algo de Jesus, faziam-no por meio deste seu primo, João Evangelista, pois seu bom gênio e bondade de espírito tornavam-no querido de todos.

"Mas esta serenidade, esta doçura, este caráter recolhido e amoroso [de João] são algo diferente da inércia e da passividade. Os pintores nos acostumaram a ver nele um não sei quê de feminino e sentimental, que está em contraste com a energia varonil e o zelo fulgurante que se descobre em algumas passagens evangélicas" 1.

Se Jesus amava particularmente João, também era por ele amado de maneira especialíssima. Com seu irmão Tiago, recebeu de Cristo o cognome de "Boanerges", ou "filhos do trovão", por seu zelo. Indignaram-se contra os samaritanos, que não quiseram receber o Mestre, e pediram-Lhe para fazer descer sobre aqueles indóceis o fogo do céu.

Foi por esse amor, e não por ambição, que ele e o irmão secundaram a mãe, Salomé, solicitando que um e outro ficassem à direita e à esquerda de Jesus, em seu Reino (um tanto equivocadamente, pois imaginavam ainda um reino terreno). Quando Jesus perguntou-lhes se estavam dispostos a beber com Ele o mesmo cálice do sofrimento e da amargura, com determinação responderam afirmativamente.

Entretanto, uma das maiores provas de afeição de Jesus a João deu-se na Última Ceia. Quis o Divino Mestre ter à sua direita o Apóstolo, permitindo-lhe a familiaridade de recostar-se em seu coração.

A pedido de Pedro, perguntou a Jesus quem seria o traidor, e obteve a resposta. João teve, porém um momento de fraqueza quando os inimigos prenderam Jesus, tendo então fugido como os outros Apóstolos. Era o momento em que Nosso Senhor mais precisava de apoio! Logo depois o vemos acompanhando, de longe, o Mestre ao palácio do Sumo

Sacerdote. Como era ali conhecido, fez entrar também Simão Pedro. Pode-se supor que ele tenha permanecido sempre nas proximidades de Jesus durante toda aquela trágica noite, e que não saiu senão para ir comunicar a Maria Santíssima o que se passava com seu Filho. Acompanhou-A então no caminho do Calvário e com Ela permaneceu ao pé da cruz. Era o sinal evidente de seu arrependimento.

Foi então que, recebendo-A como Mãe, obteve o maior legado que criatura humana jamais podia receber. Foi ele também o único dos Apóstolos a presenciar e a sofrer o drama do Gólgota, servindo de apoio à Mãe, que com seu Filho compartilhava a terrível dor.

Quando, no Domingo da Ressurreição, Maria Madalena veio dizer aos Apóstolos que o túmulo estava vazio, foi ele o primeiro a correr, seguido de Pedro, para o local. E depois, estando no Mar de Tiberíades, aparecendo Nosso Senhor na margem, foi o primeiro a reconhecê-Lo.

Nos Atos dos Apóstolos, ele aparece sempre com Pedro. Juntos estavam quando, indo rezar no Templo junto à porta Formosa, um coxo pediu-lhes esmola. Pedro curou-o, e depois pregou ao povo que se reuniu por causa de tal maravilha. Juntos foram presos até o dia seguinte, quando corajosamente defenderam sua fé em Cristo diante dos fariseus. Mais adiante, quando o diácono Felipe havia convertido e batizado muitos na Samaria, era necessário que para lá fosse um dos Apóstolos a fim de os crismar. Foram escolhidos Pedro e João para a missão.

Paulo, em sua terceira ida a Jerusalém, narra em sua Epístola aos Gálatas (2, 9) que lá encontrou "Tiago, Cleofas e João, que são considerados as colunas", e que eles, "reconhecendo a graça que me foi dada [para pregar o Evangelho], deram as mãos a mim e a Barnabé em sinal de pleno acordo".

Depois disso os Evangelhos se calam a respeito de João. Mas resta a Tradição. Segundo esta, ele permaneceu com Maria Santíssima durante o que restou de sua vida mortal, dedicando-se também à pregação. Assim, teria ele permanecido com Ela em Jerusalém e depois em Éfeso. "Dois motivos principais deveriam ter ocasionado essa mudança de residência: de um lado, a vitalidade do cristianismo nessa nobre cidade; de outro, as perniciosas heresias que começavam a germinar. João queria assim empenhar sua autoridade apostólica, quer para preservar quer para coroar o glorioso edifício construído por São Paulo; e sua poderosa influência não contribuiu pouco para dar às igrejas da Ásia a surpreendente vitalidade que elas conservaram durante o século II" 3.

Após o desencarne de Maria, fundou ele muitas comunidades cristãs na Ásia menor. Depois da morte e martírio de Tiago, João casou-se com a viúva do seu irmão. Uma das suas netas, que muito o amava, tomou conta dele nos últimos vinte anos da sua vida. João esteve varias vezes na prisão e foi exilado para a Ilha de Patmos, por um período de quatro anos, até que um outro imperador chegasse ao poder em Roma.

Em Patmos, no exílio, João escreveu o Livro da Revelação do Apocalipse. Acredita-se que este Livro da Revelação contém os fragmentos que sobreviveram de uma grande revelação, da qual se perderam grandes partes e outras partes foram retiradas, depois que João o escrevera. Apenas uma parte fragmentada e provavelmente adulterada foi preservada.

Ocorre então o martírio de João [...]. O Imperador Domiciano o fez prender e levar a Roma. Na Cidade Eterna, ele foi flagelado e colocado num caldeirão de azeite fervendo. Mas o Apóstolo virgem saiu dele rejuvenescido e sem sofrer dano algum. Domiciano, espantado com o grande milagre, não ousou atentar uma segunda vez contra ele, mas o desterrou para a ilha de Patmos, que era pouco mais do que um rochedo. Foi ali, segundo a Tradição, que João escreveu o mais profético dos livros das Sagradas Escrituras, o Apocalipse.

Após a morte de Domiciano, o Apóstolo voltou a Éfeso. É lá que, segundo vários Padres e Doutores da Igreja, para combater as doutrinas nascentes de Cerinto e de Ebion — que negavam a natureza divina de Cristo — escreveu ele seu Evangelho. Ordenou antes a todos os fiéis um jejum que ele mesmo observou rigorosamente, para em seguida ditar a seu discípulo Prócoro, no alto de uma montanha, o monumento que é seu Evangelho. Transportado em Deus, com um vôo de águia, ele o começa de uma altura sublime: "No princípio era o Verbo, e o Verbo estava em Deus, e o Verbo era Deus". Este Evangelho, dos mais sublimes textos jamais escritos, é reconhecido pela fundamental doutrina que contém.

Segundo João Crisóstomo, os próprios Anjos aí aprenderam coisas que não sabiam. João escreveu também três Epístolas, sempre visando estabelecer a verdadeira doutrina contra erros incipientes que se infiltravam na Igreja.

De todos os doze apóstolos, João Zebedeu finalmente tornou-se o mais destacado teólogo. Ele morreu de morte natural, em Éfeso, no ano 103 d.C., quando tinha cento e um anos.

No domingo da ressurreição, foi o primeiro dos apóstolos em chegar ao sepulcro vazio de Jesus. Depois da ressurreição de Cristo, na segunda pesca milagrosa, João foi o primeiro em reconhecer Jesus na borda do lago. Em seguida Pedro lhe perguntou ao Senhor apontando a João: "E este o que?". Jesus lhe respondeu: "E se eu quiser que fique até que eu venha, a ti o que?". Com isto alguns acreditaram que o Senhor tinha anunciado que João não morreria. Mas o que anunciou foi que ficaria vivo por bastante tempo, até que o reinado de Cristo se estendeu muito. E em efeito viveu até o ano 100, e foi o único apóstolo ao qual não conseguiram matar os perseguidores. João se encarregou de cuidar da Maria Santíssima como o mais carinhoso dos filhos.

João Evangelista é representado com uma águia ao lado, como símbolo da elevada espiritualidade que transmite com seus textos. Nenhum outro livro tem tão elevados pensamentos como seu Evangelho.

Conforme assinala Jerônimo quando João era já muito ancião se fazia levar às reuniões dos cristãos e o único que lhes dizia sempre era isto: "irmãos, amai-vos uns aos outros". Uma vez lhe perguntaram por que repetia sempre o mesmo, e respondeu: "é que esse é o mandamento de Jesus, e se o cumprimos, todo o resto virá além disso".



Antônio de Pádua

Fernando Martins nasceu a 15 de agosto de 1195, numa casa pegada à Sé de Lisboa. Recebeu as primeiras lições profanas e religiosas de sua devota e religiosa mãe, completadas pelos padres da Sé.

Já adolescente, rezava ajoelhado na Igreja quando lhe apareceu fascinante imagem tentando-o ao pecado. Assustado, fuge subindo as escadas que dão ao coro com a imagem em seu encalço. Fez energicamente o sinal da cruz no granito da parede e a imagem desapareceu, mas esse sinal ainda pode ser visto na velha Sé.

Fernando passa 15 anos no lar e com os padres da Sé, recebendo destes os ensinamentos de teologia, ciências, idiomas, música e arte em geral, ultrapassando seus professores em conhecimentos porque, dotado de memória prodigiosa, grava à primeira vista tudo o que lê, a ponto de saber as Sagradas Escrituras de cor. O Papa Gregório IX nominou-o, mais tarde, a Arca do Testamento.

Resolve, então, entrar no Convento de São Vicente de Fora, nos arredores de Lisboa, como Cônego regente de Santo Agostinho (uma aristocracia religiosa cuja etapa final seria o sacerdócio), e ali passa dois anos como professor.

Nada mais tendo o que aprender ali, parte para o Mosteiro de Santa Cruz, Coimbra, o maior centro cultural de Portugal, com a mais completa biblioteca e onde ensinavam famosos professores nacionais e estrangeiros. Só retornaria a Lisboa em espírito, em fenômeno de bilocação, para salvar seu pai de um crime que não cometera.

A fama de Fernando Martins já havia chegado ao Mosteiro e sua recepção foi calorosa. Logo se torna um dos mais famosos professores de direito canônico, filosofia, ciências naturais, hebraico e caldeu, línguas que falava com a mesma fluência com que falava o português.

Magoado com a atitude de desprezo pela humildade dos franciscanos da parte dos padres de onde estava, e assombrado pela diferença entre a riqueza da Santa Cruz, onde vivia, e a pobreza de Santo Antão (convento de frades menores de São Francisco), despe a sobrepeliz de Cônego regente e enverga o burel cor de terra e a corda simbólica de Frade Menor de São Francisco, internando-se no Convento de Santo Antão dos Olivais, mudando o nome, de Fernando para Antônio.

Cinco franciscanos haviam sido torturados em Marrocos pelos muçulmanos, e Antônio parte para a África a fim de substituí-los. Lá chegando, acomete-o uma peste que por lá grassava, ficando longo tempo de cama. Tenta voltar, mas uma violenta tempestade muda o rumo de sua embarcação que é jogada à costa siciliana. Deixara Portugal para sempre o grande Taumaturgo, sendo até hoje o santo que mais se impregnou na alma dos lusitanos.

Na cidade de Messina, abandonado e desconhecido, apieda-se dele o Frei Graciano, alojando-o no Eremitério de Monte Paulo, nos contrafortes das serras dos Apeninos.

Humilde entre os mais humildes de seus irmãos, o rico sábio de antes agora se dedica aos serviços caseiros, varrendo e lavando o convento, lidando com as tarefas domésticas por um ano e meio.

No dia 19 de março de 1222, o Cardeal Ugolino ordenará vários dominicanos e franciscanos. O templo está repleto de altos dignitários e o Frei Graciano pede a vários dominicanos que façam o sermão de saudação e todos se recusam, com a alegação de não estarem preparados para falarem diante de autoridades tão eminentes da Igreja. Pede, então, a frei Antônio que faça o discurso, e ele o obedece.

Segue a descrição do catedrático Antônio de Vasconcelos :

“O pobre fradinho vai prostrar-se ante o altar, concentrando-se em breve oração; sobe, muito acanhado, os degraus do sólio pontifical e toma a bênção do Bispo, e, em seguida, aparece no púlpito, muito encolhido e minguado pela confusão, envolto em miserável saial de burel, cingido pela rude corda da Ordem, olhar posto no chão, sem se atrever a relanceá-lo pela imponentíssima assembléia”.

“O que foi esse impressionante e famoso discurso, esse primeiro sermão de Santo Antônio, dizem-no todos os antigos biógrafos, tomados de assombro. Toma para tema o texto de São Paulo na epístola aos Filipenses: “Cristo, por nosso amor, foi obediente até à morte; até à morte na Cruz” o que mais vem confirmar que isso se passava no sábado,

vigília de domingo de Páscoa. Começa muito humildemente, em voz submissa e apagada, falando na maior singeleza, provavelmente, que era a obediência de que Nosso Senhor Jesus Cristo deu tão sublime exemplo que o obrigou a falar ali, apesar da sua incompetência. Mas depois a ação do Espírito Santo apossa-se do orador, excita-o, ilumina-o, move-o, torna brilhante o seu discurso, inspirada a sua palavra. (...)”

“O Bispo, os cônegos, os religiosos, todos estavam dominados pela admiração de tais torrentes de eloquência, de tão límpida e clara exposição dos mais transcendentais mistérios da Fé. E depois, a facilidade, a naturalidade como ocorria e como expunha com propósitos oportuníssimos, grande abundância de textos da sagrada escritura. Um milagre espantoso, um verdadeiro assombro para todos os ouvintes! Santo Antônio revelou-se ali, inesperadamente, um apóstolo, um missionário repleto de qualidades excepcionais, únicas. Foi uma verdadeira Epifania, uma Epifania solene da vocação missionária de santo Antônio”.

Depois deste sermão, Antônio passa a ser o mais importante membro da Ordem Franciscana, depois de Francisco de Assis, e inicia a missão de apostolado pela Itália e pela França. Francisco de Assis pede-lhe para visitar as cidades onde reina a heresia e, onde houver conventos da Ordem, ensinar teologia a seus irmãos.

Seus sermões, em grandes praças públicas, às vezes reúnem mais de 30 mil pessoas, fazendo silenciar toda a gente com sua voz poderosa e vibrante.

Os sermões de Antônio não poderiam obter total aprovação de Francisco de Assis, pois eram fulgurantes, majestosos, eloqüentes ao condenarem o mal; já os irmãos franciscanos sempre se inspiravam na serenidade, humildade e perdão. Padre Antônio Vieira disse dele: “As palavras de Santo Antônio são doces como mel, e parece que sua boca está cheia de favos”.... mas, em 1223, Francisco de Assis envia-lhe uma carta com os dizeres: “A frei Antônio, meu bispo, envio muita saúde. Apraz-me pedir-vos que leiais aos meus irmãos a sagrada teologia de maneira que, com o seu estudo, não matem o espírito da oração e devoção como na regra se contém. Adeus. Francesco.”

Em 1225, no X Concílio de Burges, França, onde estavam seis arcebispos, mais de 100 bispos, o representante do Papa e outros altos membros do clero, e presidido pelo Arcebispo Simão de Sully. Chega Antônio com suas vestes simples em contraste com o luxo dos demais e aponta com a mão a Simão, dizendo-lhe: “Tibi loquar cornute” – Contigo falo mitrado. É a vós, homem, que vos adornais com essa mitra, é a vós que me dirijo. E o sermão continua numa investida contra o Arcebispo, apelando para que ele se arrependesse e que voltasse aos caminhos de Jesus.

Depois deste iniciar desta forma o sermão, recomença numa eloqüente demonstração doutrinária diante da emocionada platéia. Ao fim, Simão de Sully chama-o à parte, lança-se de joelhos aos pés do sábio português pedindo-lhe perdão e prometendo arrependimento.

Nada havia na cultura do século XIII que o grande Taumaturgo não soubesse, e desse saber enriquecia os seus sermões, tornando-os eloqüentes e sábios: a teologia, a filosofia, a matemática, a embriologia, a obstetrícia, a fisiologia, a botânica, a astronomia, a terapêutica e até a psicopatia eram brinquedos de criança para Antônio porque, com a sua genial inteligência, a todas abarcava profundamente.

Certa vez, em Rimini, onde havia muitos hereges, pregava ele na principal praça a uma grande multidão, quando começaram a se afastar sem o quererem ouvir. Acompanhado pelos assistentes, dirige-se à embocadura do rio Marecchia e começa pregar aos peixes: “Peixes do mar e do rio, atendei vós à palavra de Deus, visto que os infiéis e os hereges recusam a ouvi-la!” A esta exclamação, as águas estremeceram e cardumes de grandes e pequenos peixes formaram um matizado de cores, como jamais visto, e o apóstolo conclui seu sermão. Cada assistente tornou-se um arauto de Antônio, proclamando-o enviado de Deus. Os hereges, levados por este conhecimento, começam a assistir os sermões.

Em outra ocasião foi desafiado pelo chefe da heresia de Tolosa, França. Disse-lhe ele: “Tenho um cavalo. Vou deixá-lo três dias sem comer e, em praça pública, lançarei alimento forte a ele, e tu lhe mostrarás a tua Eucaristia, e vamos ver o que ele preferirá”. Apesar de solto bem na frente do alimento, o cavalo voltou-se para Antônio e abaixou-se o que pôde, numa atitude de respeito, deixando a assistência espantada. Os fiéis presentes louvaram a Deus pela manifestação ali testemunhada e o desafiante se arrependeu, como em outros lugares aconteceu.

Seu último sermão em Burges, na principal praça, estava ameaçado por grossas nuvens e a multidão olhava aflita. Disse Antônio: “Ficai tranquilos. Ouvi a palavra de Deus, porque nem uma só gota de água cairá sobre as vossas cabeças”. Ventos e trovões cessaram, o dia clareou e não caiu uma só gota.

Estava o Taumaturgo pregando em Montpellier, França, quando por um tempo ficou em pé, imóvel, como que dormindo. Tinha-se lhe dito que seu pai, em Portugal, estava para ser condenado por um homicídio que não praticar, mas não podia provar sua inocência. O filho socorreu-o apresentando-se perante os juizes e levou-os ao cemitério. Mandou abrir a sepultura do assassinado e disse ao cadáver: “Dize se foi Martinho Bulhões que te tirou a vida”. Para espanto de todos, o defunto abre a boca e diz: “Não foi Martinho de Bulhões que me matou”.

Os assistentes dos sermões de Santo Antônio já estavam avisados que, por vezes, no púlpito, inclinava a cabeça e, cobrindo-a com um capuz, ficava longo tempo silencioso, em bilocação, materializando-se em outros locais.

Um grande teólogo da Igreja, Tomás Galo, admirador de Antônio, sofria de doença crônica e incurável na garganta. Um dia, Antônio aparece-lhe, põe a mão em sua garganta, dizendo-lhe: “Meu querido amigo, senhor abade, acabo de deixar o meu pobre corpo em Pádua e dirijo-me agora, resplandecente, à Pátria”. O abade pensara que ele voltava a Portugal, mas soube que, naquela mesma hora, ele havia desencarnado em Acella, arredores de Pádua...

A coragem fora a sua característica, como podemos conferir na ocasião em que Ezzelino de Romano, o maior tirano do século XIII na Itália, até para divertimento, chamou Antônio a Verona, para ouvir um discurso seu. E dele ouviu: “Ó inimigo de Deus, tirano cruelíssimo, até quando continuarás a derramar sangue inocente dos cristãos? A sentença divina, tremenda e duríssima, aproxima-se para vos condenar”. A corte aguarda ordens para prendê-lo, mas ele continua seu sermão. Ao fim deste, Ezzelino lança-se aos pés do humilde português pedindo-lhe perdão. Arrependido, promete soltar todos os presos políticos. Depois, comentou a amigos que vira na frente do padre tamanho fulgor que já se julgava precipitado nos abismos do inferno.

Em fins de 1227, Antônio foi visitar Roma e, depois de um eloqüente sermão, o Papa quis lhe dar o título de cardeal para retê-lo ali. Antônio pediu dispensa das honrarias porque sua missão era caminhar pelas estradas da vida salvando almas para Deus. Na despedida foi o orador do sermão do domingo de Páscoa e os forasteiros deram o testemunho de terem entendido o que ele falava como se tivesse pronunciado o sermão na língua de cada um. Um historiador declara ter havido ali uma manifestação pelo “maravilhoso vaso do Espírito Santo, o bem-aventurado Antônio de Pádua”. Naquele dia os cardeais exclamaram: “Ele é realmente a Arca do Testamento, é o tesouro da sagrada Escritura”.

Em 13 de junho de 1231 desencarnou o frei Antônio. É enterrado no túmulo da Igreja de Santa Maria Mãe de Deus, de Pádua.

Em toda a Europa levanta-se um clamor para a imediata santificação, a qual se dá onze meses depois de sua morte, a 30 de maio de 1232, em Espoleto, por Sua Santidade Gregório IX.

Sua imagem, depois de santo, foi colocada como tenente-general do exército português e exército luso-brasileiro. Inflamava os soldados, dando-lhes apoio, ardor e fé. Sábios foram os reis portugueses em alistá-lo nas fileiras como soldado raso que, pelos méritos passou a general, porque sabendo da fé que as almas simples dos soldados tinham por este santo, lutavam na certeza da vitória e, se por acaso fossem vitimados pela morte, havia entre eles a convicção do recolhimento ao Paraíso pelas mãos do companheiro de lutas. Pela mesma fé, foi feito almirante na luta de reconquista da cidade de Oran, Espanha.

Logo depois de seu desencarne, inicia-se a construção da Basílica de Santo Antônio de Pádua, que fica pronta 31 anos depois de sua morte, sendo uma das mais belas da Europa, 91m de fundo por 45m de largura.

Procede-se à trasladação dos restos mortais para a nova basílica e, ao se abrir o túmulo, emoção e assombro: tudo é pó e ossos, salvo a língua, intacta e vermelha, como se nela ainda a vida palpitasse.



Erasmus de Rotterdam.

ANTECEDENTES DA REFORMA

É claro que de acordo com os pressupostos históricos que o historiador vier aplicar na interpretação da reforma, irá determinar a sua causa. Assim, temos várias correntes e escolas pelas quais os historiadores farão sua análise crítica da reforma de maneira puramente racionalista secular, tais como aquelas que só vêem as causas da reforma nos fatores político-sociais, outros no fator da economia e outros ainda vêem a reforma puramente como produto do intelectualismo. Entretanto, uma cosmovisão puramente racionalista tende a distorcer a definição e dar razões incompletas e deficientes à verdadeira origem da reforma. Ora, se analisarmos o assunto somente sob a ótica religiosa, ignorando a corroboração de todos esses fatores seculares e o impacto que tiveram sobre o movimento reformista é tão errado quanto analisar a reforma sem levar em conta a sua principal causa, qual seja, a religiosa. Na verdade, a reforma

protestante nada mais é do que o cumprimento de um clamor por mudança religiosa, ainda que de maneira esporádica através dos anos anteriores à própria origem da reforma. Vejamos então:

Nas últimas décadas da Idade Média, a igreja ocidental viveu um período de decadência que favoreceu o desenvolvimento do grande cisma do Ocidente, registrado entre 1378 e 1417, e que teve entre suas principais causas a transferência da sede papal para a cidade francesa de Avignon e a eleição simultânea de dois e até de três pontífices. O surgimento do "conciliarismo" - doutrina decorrente do cisma, que subordinava a autoridade do papa à comunidade dos fiéis representada pelo concílio - bem como o nepotismo e a imoralidade de alguns pontífices demonstraram a necessidade de uma reforma radical no seio da igreja. Por outro lado, já haviam surgido no interior da igreja movimentos reformistas que pregavam uma vida cristã mais consentânea com o Evangelho. No século XIII surgiram as ordens mendicantes, com a figura de São Francisco de Assis. Outros movimentos reformistas surgiram em aberta oposição à hierarquia eclesiástica. No século XII os valdenses, conhecidos como "os pobres de Lyon" ou "os pobres de Cristo", questionaram a autoridade eclesiástica, o purgatório e as indulgências. Os cátaros ou albigenses defenderam nos séculos XII e XIII um ascetismo exacerbado, considerando a si mesmos os únicos puros e perfeitos. Os Petrobrussianos rejeitavam a missa e defendiam o casamento dos padres. No século XIV, na Inglaterra, John Wycliffe defendeu idéias que seriam reconhecidas pelo movimento protestante, como a posse do mundo por Deus, a secularização dos bens eclesiásticos, o fortalecimento do poder temporal do rei como vigário de Cristo e a negação da presença corpórea de Cristo na eucaristia. As idéias de Wycliffe exerceram influência sobre o reformador tcheco João Huss e seus seguidores no território da Boêmia, os hussitas e os taboritas, nos séculos XIV e XV. Entre essas vozes protestantes estava também a do monge dominicano Girolamo Savonarola o qual, a mando do papa, foi preso, torturado e enforcado.

Em posição de crítica à igreja romana situou-se *Erasmus de Rotterdam*. Seu profundo humanismo, conciliatório e radicalmente oposto à violência, embora não isento de ambigüidade, levou-o a dar passos importantes em direção à Reforma, como a tradução latina do Novo Testamento, afastando-se da versão oficial da Vulgata; ou a sátira contra o papa Júlio II, de 1513.

Grande erudito dedicado à Teologia, Educação, Retórica e Estudos Clássicos, Erasmo foi também um brilhante satírico, freqüentemente em conflito com as autoridades instituídas e com seus colegas.

Em sua obra *Elogio da Loucura* mostra que a loucura seria uma deusa que conduz as ações humanas — e afirma que ela forma as cidades, mantém os governos, a religião e a justiça.

Erasmo estudou e ensinou durante toda sua vida. E dedicou-se à reconciliação dos pensamentos cristão e humanista, no contexto de um conceito universal de "saber", para ele a chave da promoção do entendimento entre os povos.

Tornou-se padre e algum tempo depois afirmava que os cristãos devem seguir os ensinamentos simples de Cristo, mas a estrutura da igreja e da vida monástica haviam se tornado distantes do amor de Deus, da benevolência e da prática evangélica, que Erasmo defende na obra *Filosofia de Cristo*.

Em sua obra *A instituição do Príncipe Cristão* diz que o poder do príncipe é legitimado pela dedicação ao bem comum e pela aceitação dos cidadãos. Era a favor da eleição de um chefe e contrário ao monarquismo hereditário. O objetivo de Erasmo era regenerar a Europa.

Ficou conhecido como Erasmo de Rotterdam. Seu nome era Desidério Erasmo e ele nasceu na cidade de Rotterdam, na Holanda, em 1467. Morreu em 1536, aos 69 anos

Erasmo-(1467-1536) ficou conhecido como Erasmo de Rotterdam. Seu nome era Desidério Erasmo e ele foi um pregador do evangelismo filosófico. Nasceu na cidade de Rotterdam, na Holanda.

Em 1488 ingressou na ordem dos agostinianos e virou padre, depois aceitou o cargo de secretário do bispo de Combaix, na França. Em Paris estuda teologia. Escreve *Colóquios* e *Antibárbaros*, que é considerada uma obra escolástica, crítica da exaltação dos valores da Antiguidade clássica. Viaja pela primeira vez para a Inglaterra em 1499, onde toma contato com o movimento humanista e conhece aquele que seria seu amigo Thomas More.

Traduz o Novo Testamento. Mantém vasta correspondência. Denuncia a vida na igreja como distante da fé. Fala que os cristãos devem seguir os ensinamentos simples de Cristo, sendo que a estrutura da igreja e da vida monástica haviam se tornado distantes do amor de Deus, de Sua benevolência e da prática evangélica que Erasmo defende na *Filosofia Christi*.

Os homens renascentistas se dedicaram-se à várias atividades. Eles começaram a contar a nova realidade. Cervantes, no célebre livro *Dom Quixote de la Mancha* conta-nos a história de um louco, apegado à valores que já não existiam como a dignidade, decência e nobreza de caráter do cavaleiro medieval.

Erasmo de Rotterdam escreve um livro, *Elogio da Loucura*, (dedicado a Thomas More) onde apresenta a loucura como uma deusa que conduz as ações humanas. Identifica a loucura em costumes e atos como o casamento e a guerra. Diz que é ela que forma as cidades, mantém os governos, a religião e a justiça. Ele critica muitas atividades humanas, identificando nelas mediocridade e hipocrisia. Vejamos o que ele diz sobre:

a) a Loucura- a Loucura fala em primeira pessoa no livro, e ela defende sua imagem e ponto de vista.

b) as crianças- a alegria da infância a torna a idade mais agradável, porque a natureza dá às crianças um ar de loucura.

c) o casamento- se as mulheres pensassem sobre o assunto veriam que não é vantajoso. Dores no parto, filhos, dever conjugal. Só a loucura para fazerem agir dessa maneira, assim a Loucura é a origem da vida. A única preocupação das mulheres é se tornar mais agradável para os homens. É essa a razão de tantos perfumes, banhos e enfeites. Só a loucura constitui o ascendente das mulheres sobre os homens.

d) os filósofos- gabam-se de serem os únicos sábios, mas se tirar-mos o véu de orgulho e presunção veremos que não passam de ridículos loucos. A natureza parece zombar de suas conjeturas, e é risível sua teoria de infinidade dos mundos. Falam de astronomia como se conhecessem os astros palmo a palmo. Na verdade, eles não tem nenhuma idéia segura.

Mas a crítica maior de Erasmo é para a Igreja. Ele era cristão, mas era contra a hierarquia dessa instituição (Igreja), que declara guerras, faz cerimônias e rituais em demasia, e discutem eternamente o mistério divino, seno que o mandamento de Cristo é apenas a prática da caridade. Defende um retorno à simplicidade do início da Igreja.

Lutero estava juntando adeptos em suas pregações e convidou Erasmo, mas este permaneceu na Igreja católica, apontando defeitos. Mais tarde polemizou contra Lutero a favor do livre-arbítrio, que o protestante não acreditava. Erasmo é considerado o principal pensador do humanismo.

Critica os teólogos, pois esses condenam, por poucos motivos, muitas pessoas como hereges. Os bispos vivem alegremente, entregam-se à diversão material e esquecem que o seu nome significa zelo e solicitude pela redenção da alma, mas não esquecem das honrarias e o dinheiro. Os monges, para Erasmo, não fazem nada, mas não dispensam o vinho e a mulheres. O papa não tem a salvação que Cristo fala, pois se tivessem abriam mão de seu patrimônio e dos impostos. Erasmo critica o imposto que a igreja cobra para não condenar as almas após a morte. E os papas aprovam a guerra, que é cruel e desumana.

Para Erasmo, milagres e superstições como o inferno, duendes e fantasmas são coisas de ignorantes. Ele tem opiniões também sobre política. No livro A instituição do Príncipe cristão fala da teoria da soberania, o poder do príncipe é legitimado pela dedicação ao bem comum e pela aceitação dos cidadãos. É a favor da eleição do chefe, contrário ao monarquismo hereditário. O objetivo de Erasmo é regenerar a Europa, pondo o ideal evangélico contra as guerras. Para se chegar à paz, tem que se desarmar os países, tirar dos príncipes o direito de declarar guerra e mobilizar a força nacional em favor da paz.

BRUNO, O PANTEÍSTA,



LEVADO À FOGUEIRA PELA “SANTA” INQUISIÇÃO.

Introdução ao monismo moderno.

O monismo, - que já existira na antiguidade e na Idade Média, - teve seu primeiro grande destaque moderno com Giordano Bruno (1548-1600). Em função a este filósofo, retornamos a algumas considerações introdutórias.

Entende-se aqui o monismo metafísico (totalmente geral), distinto do monismo da natureza, que reduz corpo e alma, a duas faces da mesma realidade. E assim também se distinguem o dualismo metafísico (totalmente geral), distinto do monismo da natureza, que distingue corpo e alma como duas realidades distintas e até opostas.

É difícil conceituar o monismo metafísico ao homem simples, porquanto ordinariamente ele existe só nos setores filosóficos profissionais. Não é a rigor o monismo um ateísmo, mas uma interpretação impessoal da divindade. Este impessoal da divindade, diz, contudo, de maneira imprópria o que seja a divindade no monismo. A noção de pessoa envolve alguma determinação diferenciadora, e então incorre no risco de atribuir a Deus algum elemento que o diminui, retirando-lhe o caráter de intensivamente infinito e transcendente a todo o ser limitado.

Há efetivamente uma aproximação entre monismo e teísmo, de difícil conceituação.

Certamente o melhor teísmo é aquele que mais se aproxima do monismo metafísico, porque a personificação conduz o conceito sobre Deus a delimitações difíceis de manter. E o melhor monismo é aquele que mais de perto se aproxima do teísmo, porque a personificação contém características apreciáveis.

A querela, no plano metafísico, entre teístas e monistas é de difícil solução, em vista de haver fortes argumentos favoráveis, como também desfavoráveis a uma e a outra posição.

Ocorrem diferentes formas de monismo. Modernamente as principais são as que distinguem entre monismo panteísta e monismo materialista.

Há também formas monísticas dialéticas. Isto supõe haver outras não dialéticas.

Ocorrem também monismos idealistas; isto de novo tem a contrapartida dos monismos realistas.

Historicamente, - como se advertiu, - já houve monismos na antiguidade, como os dos pré-socráticos, e os dos estoicos, neoplatônicos, e outros menos definidos.

Estamos aqui a tratar dos monismos modernos.

Geralmente os monistas modernos não admitem sobrenaturalismos; usam estar em choque com as religiões fundadas em revelações.

Giordano Bruno (1548-1600), combativo e brilhante, foi um inovador dentro da linha platônica, monista e cientificista do Renascimento, todavia precocemente trucidado pelas forças da intolerância, que então tinham a seu serviço os Estados Pontifícios.

Nasceu em Nola, no então reino de Nápoles. Encaminhado à vida religiosa, entrou aos 15 anos na Ordem dos Dominicanos. Deveu fugir aos 24 anos, em virtude de suas novas idéias, consideradas heréticas.

Bruno passou sucessivamente por Roma, Veneza e Pádua, até fixar-se dois anos em Genebra.

A resistência calvinista o levou a conduzir-se para a França. Lecionou em Toulouse e depois em Paris, com aplauso dos liberais. O vigoroso ataque à doutrina de Aristóteles o obrigou em 1583 a abandonar também Paris. Estabeleceu-se então em Londres, sob a proteção do embaixador da França. Lecionou agora, por algum tempo, em Oxford.

A seguir acolheu-se à Alemanha, onde ensinou em Wittenberg, depois em Helmstadt e Frankfurt sobre o Meno.

Em 1592, já aos seus 43 anos, retornou à Itália, propalando suas idéias em Pádua e Veneza. Finalmente, em 1593 a Inquisição da Igreja Católica obteve êxito, capturando-o, mesmo fora dos limites dos Estados Pontifícios, e o enviando ao seu cárcere de Roma. Não aceitando retratar-se, foi finalmente condenado à fogueira pública, no Campo dei Fiorini.

O desastre supremo que envolveu ao filósofo panteísta Giordano Bruno, queimado que foi no alto de uma fogueira, tanto mais comove, quanto mais contundente foi a estupidez da assistência piedosa aspirava o cheiro de sua carne aos poucos sendo queimada. Se ao menos alguém lhe deitado um balde de água, como protesto contra tamanha violência à liberdade de pensamento.

Ergueu-se-lhe, quase 300 anos depois, em 1889, uma estátua, no mesmo local, onde em 1593 foi visto ser queimado pela religião oficial. Todavia agora, ao ver-se a estátua altaneira de Giordano Bruno, já eram mais amenas as maneiras de ver e os Estados Pontifícios, executores do crime, já não existiam, porque desaparecidos desaparecido em função à unificação da Itália.

Escreveu Bruno em Italiano uma primeira série de obras:

- Spaccio della besta trionfante (1584);
- Degli heroici furori (1585).
- Na Alemanha publicou uma série de opúsculos mais abstratos e matemáticos, que estão sob a influência clara de Nicolau de Cusa (vd:
- De triplici mínimo et mensura (1591);
- De monada, número et figura (1591).

A idéia monista da infinitude do mundo foi desenvolvida de maneira nova por Giordano Bruno.

Havendo partido da astronomia de Copérnico (1473-1543), que desfazia a posição centrista da terra, colocou, também como este em seu lugar o sol.

Por sua vez destituiu o sol de uma posição centrista absoluta, para se imaginar que os sistemas dos corpos celestes poderão ser controlados por outros e outros centros sempre maiores, e assim ao infinito.

Atenda-se que Copérnico (em *De revolutionibus orbium coelestium*, 1543) ainda manteve a esfera exterior fixa, que limitava o universo. Nada disto sobra no pensamento de Bruno, que assim instaura a visão moderna do mundo-universo, a se distender indefinidamente.

A fisionomia do infinito de Bruno é panteísta, porque exatamente faz o mundo coincidir com a divindade; nesta condição, deveria conceber o mundo como efetivamente infinito, sem realizar uma esfera exterior como limite. Eis que uma idéia estimulou uma concepção astronômica.

O infinito do mundo já houvera sido aventado por Nicolau de Cusa, de quem aliás Bruno tomou algumas idéias.

Afirmara o Cusano que sendo Deus infinito, e que, de parte, sendo o mundo uma imitação dos modelos divinos, poderia este mundo ser considerado potencialmente infinito. Capaz de sempre novas imitações, a infinitude embora nunca plenamente realizada, era o mundo a estender-se potencialmente na direção do infinito.

Em Bruno a infinitude do universo adquiriu feições novas e de efetiva infinidade, por tratar-se do mesmo Deus; o mundo já não é imagem de Deus, mas ele mesmo.

Contudo, o monismo, que Bruno pregara, encontra sérias dificuldades diante de alguns problemas, e que outros monistas tentam explicar a seu modo.

O problema central é a da unidade na multiplicidade de que Bruno se ocupa no texto *De la causa, principio ed uno*.

Como pode, segundo ponderou, ser tudo um? O atual e o possível, a forma e a matéria, o corpo e a alma? A essência, o fim, etc? O individual seria apenas uma modificação da unidade-totalidade.

Renovou, também no sentido de resolver o problema, a antiga idéia do todo, que se encontra inteiro nas partes. O máximo, então, coincide com o mínimo, como que um a repetir o outro. Quodlibet in quolibet, - conforme já asseverava Nicolau de Cusa, ou como reaparece sob outra forma em Paracelso com mãe e matrix.

Espinoza continuará o esforço de resolver o problema de diversidade na universalidade monista. Desta sorte, uma tradição se vai firmando que tem como primeiros elos, Nicolau de Cusa, Paracelso, Bruno.

O problema da diversidade na unidade monista se estende, aliás, à toda a filosofia sobre a divindade. Efetivamente, se Deus tudo é, como pode criar ao seu lado um mundo como entidade independente dele mesmo? O problema se dilata até à Trindade das pessoas em Deus, - como é que pode haver a multiplicidade dessas pessoas, se Deus é a unidade máxima?

Os corpos são dotados de forças intrínsecas, e que se exercem como capazes de explicar o movimento e outras causações. Da mesma natureza divina da matéria emanam todos movimentos e todas as determinações que os corpos assumem. Até certo ponto, a tese de Bruno não encontra dificuldade metafísica, porquanto no panteísmo tudo é Deus.

Aqui Bruno se afastou da tese de Aristóteles, dos motores externo, que, sucessivamente, transmitem o movimento, e importam em um primeiro motor imóvel, Deus.

A solução de Bruno será rediscutida pelos seus contemporâneos imediatos, afetando profundamente as filosofias não panteístas como as de Descartes, Geulincx e Leibniz, porquanto estas encontram dificuldade em estabelecer os corpos como fonte intrínseca própria de movimento

A valorização da natureza profunda, que reaparecerá em Hamann e em Goethe, Schelling e em outros românticos, fará com que Bruno seja resgatado do esquecimento à; que fora destinado pela sentença da Santa Inquisição. O gênio profundo, escondido no irracional-universal é peculiar à filosofia germânica, sobretudo da romântica. Aliás o subjetivo é também próprio de toda a filosofia.

Inquisição de Veneza.

Em Frankfurt um editor veneziano que o encontra traz-lhe os chamados insistentes de um patricio João Mocenigo, que desejava aprender suas técnicas mnemônicas.

Bruno talvez estivesse saudoso da Itália, ou talvez não tivesse mais qualquer outra opção melhor. Não tinha tranqüilidade em Frankfurt e não podia voltar a Paris. Aceita o convite acreditando na independência da República Veneziana. O risco não pareceu muito grande: Veneza era de longe a mais liberal dos estados italianos; a tensão européia tinha afrouxado temporariamente após a morte do intransigente papa Sixtus V em 1590. Além do mais, Bruno ainda estava procurando por um estrado acadêmico da qual pudesse expor suas teorias, e ele deve ter sabido que a cadeira de matemática da Universidade de Pádua estava então vaga.

Regressou à Itália em agosto de 1591. Ele foi imediatamente para Pádua e durante o verão de 1591 iniciou uma série de cursos privados para estudantes alemães e escreveu o *Praelectiones geometricae* e *Ars deformationum*. Em Pádua, dita a um discípulo uma obra: "Sobre as forças atrativas em geral" que é um estudo sobre a fascinação, suas causas e formas".

No início do inverno, quando parecia que ele não iria receber a cátedra (ela foi oferecida a Galileu em 1592) ele seguiu para Veneza, como hóspede de Mocenigo, e tomou parte nas discussões dos aristocratas venezianos progressistas que, como ele, favoreciam a investigação filosófica independentemente de suas implicações teológicas.

Em maio de 1592, Bruno havia terminado um outro trabalho e preparava-se para viajar a Frankfurt para publicá-lo, quando se viu trancado por Mocenigo em suas acomodações no sótão da casa. Desapontado com as lições privadas de Bruno sobre as técnicas mnemônicas que em nada ajudaram sua precária memória, além de considerar-se atraído por não conseguir o milagre esperado, Mocenigo também ficou ressentido com a intenção de Bruno de voltar para Frankfurt para publicar seu novo trabalho. Depois de prendê-lo, Mocenigo denunciou-o à Inquisição Veneziana por suas teorias heréticas.

Levado pelo Santo Ofício com todos os seus papéis, Bruno defendeu-se admitindo alguns erros teológicos menores, insistindo, no entanto, nos seus postulados básicos. Pretende a dupla verdade (razão e filosofia separada da verdade revelada). Consegue esclarecer à Inquisição a sua posição e chega-se a um acordo, prometendo ele fazer a reforma de sua vida, arrependido de todos os erros em que houvesse incorrido provocando escândalo.

O palco do julgamento veneziano parecia proceder de modo favorável a Bruno, quando então a Inquisição Romana pediu sua extradição. Por solicitação insistente do Papa, curioso sobre a personalidade de Bruno e o conteúdo do processo com respeito a suas idéias, o tribunal de Veneza encaminha o prisioneiro para Roma, e no início de 1593 Bruno entrou na cadeia do palácio romano do Santo Ofício.

Inquisição de Roma.

Em Roma, um frade, Celestino de Verona, junta novos testemunhos acusadores. Inicia-se um novo processo em 1593, este mais sério, acompanhado de torturas, e que haveria de prolongar-se por sete anos.

O papa Clemente VIII (1592-1605) viria a ter papel decisivo no julgamento de Bruno. O papa encarregou o cardeal Bellarmino de analisar e acompanhar o processo de Giordano Bruno.

Não se sabe com precisão os detalhes do processo, e exatamente quais as acusações lhe foram feitas porque o seu processo tem paradeiro desconhecido. Sabe-se, porém, que o cardeal Bellarmino extraiu das obras de Bruno 8 heresias, as quatro mais graves são duas teológicas e duas filosóficas:

Teológicas:

- a) negaria a transsubstanciação;
- b) prioridade ideal e real do Pai e da subordinação do Filho, este originado de um ato da vontade do Pai, que lhe é preexistente.

Filosóficas:

- a) pluralidade dos mundos (os atos divinos devem corresponder à potência infinita de Deus) implicaria também várias encarnações de Cristo um número infinito de vezes...(raciocínio tipicamente escolástico)
- b) alma presente no corpo como o piloto no barco.

Não figura entre essas acusações alguma relativa à teoria heliocêntrica de Copérnico e, portanto, Bruno foi acusado puramente no campo teológico, não no campo científico. O tema do seu "Sobre o Universo Infinito e Mundos" não é um livro de astronomia, mas de panteísmo, e é o mesmo tema do seu "Sobre a sombra das Idéias". Seu panteísmo foi interpretado como puro materialismo constituindo um ataque frontal ao ensino espiritual da Igreja quanto à natureza do homem e primazia da alma. A Igreja deve tê-lo condenado por esta sua tese panteísta central, entendendo que a teoria heliocêntrica de Copérnico que ele difundia era apenas material de apoio para sua revolução. Antes de Galileu, o heliocentrismo de Copérnico tinha rara aceitação e a própria Igreja havia permitido a impressão de seu livro *De Revolutionibus* na Itália, com as alterações prescritas, ao que parece esclarecendo que se tratava de hipótese e não de verdade definitiva da teoria. A condenação formal da teoria, segundo revela R. W. Pogge, viria somente em 1664 quando o Papa Alexandre VII lançou uma bula banindo "todos os livros que afirmam o movimento da terra".

Durante os sete anos do julgamento romano, Bruno a princípio desenvolveu sua linha defensiva previa, negando qualquer interesse particular em questões teológicas e reafirmando o caráter filosófico de suas especulações. Essa distinção não satisfaz os inquisidores, que pediram uma retratação incondicional de suas teorias.

Em certa época lhe foram dados quarenta dias para reconsiderar sua posição; ele prometia retratar-se, mas renovava suas "tolices". Bruno então fez uma tentativa desesperada de demonstrar que seus pontos de vista não eram incompatíveis com a concepção cristã de Deus. Então conseguiu mais quarenta dias para deliberar, mas não fez mais que confundir o papa e a inquisição.

Bruno faz sua defesa sempre tentando convencer os inquisidores,

- 1.) da legitimidade das suas idéias filosóficas e da possibilidade de conciliá-las com a revelação religiosa, e
- 2.) alegando que a acusação toma peças isoladas do contexto de seu trabalho, e
- 3.) que não sabe sobre o que se emendar. Bruno finalmente declarou que não tinha nada de que se retratar e que ele nem sabia de que se esperava que retratasse.

Os inquisidores rejeitaram seus argumentos e o pressionaram para uma retratação formal. A esta altura o Papa Clemente VIII ordenou que ele deveria ser sentenciado como um impenitente e herege pertinaz.

Condenação.

Na primavera de 1599 teve início seu julgamento por uma comissão da Inquisição Romana. Foi condenado devido a sua doutrina teológica de que Cristo não era Deus, mas sim um mágico de habilidade incomum, que o Espírito Santo era a alma do mundo, que o demônio seria salvo um dia, etc. A 20 de janeiro de 1600 Bruno é condenado. Ao final foi levado, a oito de fevereiro, ao palácio do Grande Inquisidor para ouvir sua sentença de joelhos, diante dos acólitos assistentes e do governador da cidade. Quando a sentença de morte foi lida para ele, ele dirigiu-se aos juízes dizendo: "Talvez vocês, meus juízes, pronunciem esta sentença contra mim com maior medo que o meu em recebê-la".

Foram-lhe dados mais oito dias para ver se ele se arrependia. Não adiantou. Em 17 de fevereiro ele foi trazido ao Campo di Fiori, sua boca com uma mordaça, para ser queimado vivo. Foi levado ao poste e quando estava morrendo um crucifixo lhe foi apresentado, mas ele empurrou-o para longe com marcado desdém.

Seus trabalhos foram colocados no Índice em agosto de 1603 e seus livros tornaram-se raros.



Barão do Rio Branco

José Maria da Silva Paranhos Júnior, professor, político, jornalista, diplomata, historiador, biógrafo, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 20 de abril de 1845, e faleceu na mesma cidade, em 10 de fevereiro de 1912. Eleito em 1º de outubro de 1898 para a Cadeira n. 34, na sucessão de Pereira da Silva, foi considerado empossado por meio de carta, em 10 de novembro de 1898.

Era filho de José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, figura ímpar de estadista, que elevou tão alto o nome do Brasil no seu tempo. Coursou o Colégio Pedro II, a Faculdade de Direito de São Paulo, depois a de Recife. Bacharel em 1866, viajou pela Europa e, na volta, regeu a cadeira de Corografia e História do Brasil no Imperial Colégio. Em 1869, foi nomeado promotor público de Nova Friburgo. No mesmo ano acompanhou, como secretário da Missão Especial, o Visconde do Rio Branco ao Rio da Prata e ao Paraguai. No mesmo caráter se manteve, em 1870 e 1871, nas negociações da paz entre os Aliados e o Paraguai.

Foi deputado (1868/1872), Secretário Particular na missão de negociação de paz com o Paraguai (1870/1871) e Cônsul-Geral em Liverpool (1876).

No período que esteve a frente do Ministério das Relações Exteriores (1902-1912), o Barão do Rio Branco foi responsável pela consolidação das atuais fronteiras do país, e por importante modernização das ações da Chancelaria brasileira.

O Barão do Rio Branco personaliza a tradição de excelência dos serviços prestados ao país pelo Ministério das Relações Exteriores.

Regressando ao Rio, dedicou-se ao jornalismo. Foi dirigir A Nação, juntamente com Gusmão Lobo. Em maio de 1876, Rio Branco deixava o jornalismo, para aceitar o cargo de cônsul geral do Brasil em Liverpool. Em 1884, recebeu a comissão de delegado à Exposição Internacional de São Petersburgo e, depois de proclamada a República, foi nomeado, em 1891, em substituição do conselheiro Antonio Prado, superintendente geral na Europa da emigração para o Brasil, cargo que exerceu até 1893.

Durante a estadia na Europa, produziu várias obras, sempre em torno da história pátria: redigiu uma Memória sobre o Brasil para a Exposição de São Petersburgo; para o Le Brésil de Sant'Anna Nery, escreveu a Esquisse de l'Histoire du Brésil; apresentou contribuições para a Grande Encyclopédie de Levasseur, na parte relativa ao Brasil; iniciou no Jornal do Brasil a publicação das Efemérides brasileiras, acumulou material para as Anotações à História da Guerra da Tríplice Aliança de Schneider e a Biografia do Visconde do Rio Branco.

Em 1893, Floriano Peixoto escolheu Rio Branco para substituir o Barão Aguiar de Andrade, falecido no desempenho da missão encarregada de defender os direitos do Brasil aos territórios das Missões. A questão, nos últimos dias do Império, fora submetida ao arbitramento do presidente Cleveland, dos EUA, como resultado do tratado de 7 de setembro de 1889, concluído com a República Argentina. Rio Branco, encarregado de advogar os pontos de vista brasileiros, apresentou ao presidente Cleveland uma exposição, acompanhada de valiosa documentação, reunida em seis volumes A questão de limites entre o Brasil e a República Argentina obra que em muito contribuiu para o laudo arbitral de 5 de fevereiro de 1895, inteiramente favorável às pretensões brasileiras.

Em 1898, foi encarregado de resolver outro importante assunto diplomático a questão do Amapá. O Tratado de 10 de abril de 1897 escolheu para árbitro da questão o presidente da Suíça. Rio Branco vinha estudando a questão do Amapá desde 1895. Ao chegar a Berna, apresentou uma memória de sete volumes. A sentença arbitral, de 1º de dezembro de 1900, foi favorável ao Brasil, e o nome de Rio Branco foi colocado em plano de superioridade em relação a qualquer outro político ou estadista brasileiro da época.

Em 31 de dezembro de 1900 foi nomeado ministro plenipotenciário em Berlim. Em 1902 foi convidado pelo presidente Rodrigues Alves a assumir a pasta das Relações Exteriores, na qual permaneceu até a morte, em 1912. Logo no início de sua gestão, defrontou-se com a questão do Acre, território fronteiriço que a Bolívia pretendia ocupar, solucionando-a pelo Tratado de Petrópolis. A seguir, encetou negociações com outros países limítrofes cujas fronteiras com o Brasil suscitavam questões litigiosas. Erigiu como bandeira das reivindicações o princípio do uti possidetis solis, e foi com ele que dirimiu velhas disputas do Brasil com quase todos os países da América do Sul.

Em 1901, a questão da Guiana Inglesa foi resolvida, por laudo do árbitro Victor Emanuel, o rei da Itália, contra o Brasil, apesar dos esforços e do valor intelectual do plenipotenciário brasileiro Joaquim Nabuco. Rio Branco soube conhecer os motivos do laudo que despojava o Brasil de uma parte do seu território. E deu a Joaquim Nabuco a compensação de nomeá-lo embaixador do Brasil em Washington.

Veio, depois, uma série de tratados memoráveis: em 1904, com o Equador; em 1906, com a Guiana Holandesa; em 1907, com a Colômbia; em 1904 e 1909, com o Peru; em 1910, com a Argentina. Ficavam definidos, de um modo geral, os contornos do território brasileiro, assim como, com pequenas alterações, ainda hoje subsistem.

Além da solução dos problemas de fronteira, Rio Branco lançou as bases de uma nova política internacional, adaptada às necessidades do Brasil moderno. Foi, nesse sentido, um devotado pan-americanista, preparando o terreno

para uma aproximação mais estreita com as repúblicas hispano-americanas e acentuando a tradição de amizade e cooperação com os Estados Unidos.

Ao se fundar a Academia, em 1897, Rio Branco se encontrava ausente do país. Talvez por essa razão não foi ele um dos fundadores da casa. Seu nome esteve, entretanto, desde logo lembrado para uma das vagas que ocorressem. Em 1898, ocorria o falecimento de Pereira da Silva. Rio Branco foi eleito para essa vaga. Foi o segundo acadêmico eleito (o primeiro foi João Ribeiro), mas não chegou a tomar posse.

